



Arrepar Participações S.A.

Demonstrações Financeiras
em 31 de março de 2026 e Relatório do
Auditor Independente

Sumário

Relatório do Auditor Independente.....	3
Balanço patrimonial.....	6
Demonstração do resultado do exercício.....	7
Demonstração do resultado abrangente.....	8
Demonstração das Mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa.....	10

1 Contexto operacional	11
2 Entidades da Companhia	11
3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	11
4 Políticas contábeis materiais.....	12
5 Estimativas contábeis e julgamentos relevantes	13
6 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes	13
7 Caixa e equivalentes de caixa.....	14
8 Tributos, IRPJ e CSLL a recuperar	15
9 Outros créditos	16
10 Investimentos	17
11 Tributos a recolher	18
12 Provisão para contingências e depósitos judiciais.....	18
13 Instrumentos financeiros	20
14 Partes relacionadas.....	23
15 Patrimônio líquido.....	24
16 Despesas administrativas	25
17 Outras despesas	25
18 Resultado Financeiro líquido.....	26



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da
Arrepar Participações S.A.
São Paulo – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Arrepar Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arrepar Participações S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria da Companhia para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou unidades de negócios da Companhia como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 15 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Priscila Moscardini Soares Diniz'.

Priscila Moscardini Soares Diniz
Contadora CRC 1SP289386/O-0

Arrepar Participações S.A.

Balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2026	2025	Passivo	Nota	2026	2025
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.408	3.251	Salários, encargos e contribuições sociais	11	15	15
Dividendos a receber	14	709	380	Tributos a recolher		23	24
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	143	217	Outras contas a pagar		629	512
Outros créditos	9	30.233	57.321				
Total do ativo circulante		35.493	61.169	Total do passivo circulante		667	551
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Tributos a recuperar	8	800	800	Provisão para contingências	12	245.000	204.586
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	1.390	1.290	Operações de mútuo	14	-	26.394
Depósitos judiciais	12	11.738	13.891				
Operações de mútuo	14	206.880	292.695	Total do passivo não circulante		245.000	230.980
Investimentos	10	25.351	26.576				
Total do ativo não circulante		246.159	335.252	Patrimônio líquido			
				Capital social		548.855	548.855
				Reserva legal		4.715	4.715
				Transação com acionistas		(49.065)	40.100
				Prejuízos acumulados		(468.520)	(428.780)
Total do ativo		281.652	396.421	Total do patrimônio líquido	15	35.985	164.890
				Total do passivo		245.667	231.531
				Total do passivo e patrimônio líquido		281.652	396.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arrepar Participações S.A.

Demonstração de resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	16	(408)	(1.582)
Outras receitas	17	6	-
Outras despesas	18	(36.351)	(11.725)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(36.753)	(13.307)
Receitas financeiras	19	519	890
Despesas financeiras	19	(6.341)	(4.710)
Resultado financeiro líquido	19	(5.822)	(3.820)
Resultado da equivalência patrimonial	10	2.833	1.551
Prejuízo do exercício		(39.740)	(15.576)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arrepar Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	2026	2025
Prejuízo do exercício	(39.740)	(15.576)
Resultado abrangente total	(39.740)	(15.576)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arrepar Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Transação com Acionista	Prejuízos acumulados	Total
Em 2024		548.855	4.715	-	(413.203)	140.367
Reembolso de despesas	15 (iii)	-	-	40.100	-	40.100
Prejuízo do exercício		-	-	-	(15.576)	(15.576)
Em 2025		548.855	4.715	40.100	(428.780)	164.890
Prejuízo do exercício		-	-	-	(39.740)	(39.740)
Transações com controladas	14	-	-	(89.165)	-	(89.165)
Em 2026		548.855	4.715	(49.065)	(468.520)	35.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arrepar Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(39.741)	(15.576)
Ajustado por:			
Resultado da equivalência patrimonial	10	(2.833)	(1.551)
Provisão para contingências	12	40.414	724
Variações nos ativos e passivos			
Impostos e contribuições a recuperar		(26)	(35)
Outros créditos		27.088	25.527
Depósitos judiciais		2.153	(10)
Fornecedores		-	(350)
Obrigações sociais e trabalhistas		-	1
Impostos e contribuições a recolher		(1)	(12.535)
Outras contas a pagar		117	388
Fluxo de caixa proveniente (utilizado) das atividades operacionais		27.171	(3.417)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos		380	343
Empréstimos com partes relacionadas		-	5.000
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento		380	5.343
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos com partes relacionadas	14	(26.394)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(26.394)	-
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		1.157	1.926
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril		3.251	1.325
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março		4.408	3.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Arrepar Participações S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é controlada pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo ("Cooperativa" ou "Controladora").

A Companhia tem por objeto social o arrendamento de bens, a prestação de serviços e a participação em outras sociedades.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, considerando o suporte financeiro e operacional prestado pela Controladora, bem como o papel estratégico desempenhado pela Companhia no contexto das operações do Grupo.

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$ 39.740 (prejuízo de R\$ 15.576 em 31 de março de 2025). Apesar desse cenário, a Administração entende que a Companhia possui capacidade de honrar seus compromissos financeiros e operacionais no curso normal dos negócios, em razão do contínuo apoio financeiro da Controladora e da expectativa de geração de recursos suficientes para a manutenção de suas atividades no futuro previsível.

Adicionalmente, o resultado negativo apurado no exercício findo em 31 de março de 2026 decorre, substancialmente, do reconhecimento de provisão para contingência tributária, em função da alteração na avaliação de risco realizada pelos assessores jurídicos da Companhia. Dessa forma, referido efeito possui natureza predominantemente contábil e não representa, neste momento, desembolso imediato de caixa.

2 Entidades da Companhia

Controlada	Atividade principal	Localização	Participação acionária indireta	
			2026	2025
Imocop Empreendimentos e Participações S.A.	Administração, por conta própria ou de terceiros, de bens e imóveis, podendo comprar e vender, arrendar e dar arrendamento, receber e dar parceria, locar móveis, imóveis e equipamentos em geral e a participação em outras entidades.	São Paulo/ SP - Brasil	30,5787%	30,5787%

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, são evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicada.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes com maior nível de complexidade estão divulgados na nota 5. As políticas contábeis materiais são divulgadas nas notas explicativas conforme a nota 4.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 15 de junho de 2026.

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos estão expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. A Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, e os valores justos são classificados hierarquicamente, conforme técnicas de avaliação, da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Para ambos os exercícios social não há avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 46 (item 93.g.).

Quando aplicáveis os valores justos, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

4 Políticas contábeis materiais

Aplicamos de modo consistente as principais políticas contábeis nas demonstrações financeiras. As políticas contábeis materiais estão descritas nas notas explicativas. A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras em 2025 e para o exercício encerrado em 31 de março de 2026.

5 Estimativas contábeis e julgamentos relevantes

Conforme divulgado na nota 3, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e é apresentado a seguir:

- (i) Provisão para contingências (nota 12)

6 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

6.1 Novas normas

6.1.1 CPC 51 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

Apresentação das Demonstrações Contábeis que se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (1º de abril de 2027 no caso da Companhia). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- i. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- ii. As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- iii. Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia está em processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perda, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas.

6.2 Normas vigentes

6.2.1 Emenda IFRS 7 e IFRS 9 – Classificação e Mensuração de instrumentos Financeiros

As alterações abordarão a diversidade nas práticas contábeis e, assim, tornarão os requisitos mais compreensíveis e coerentes. Dentre os quais, estão:

- i. Classificação dos ativos financeiros com ESG e características semelhantes;
- ii. Liquidação de passivos por meio de sistemas de pagamento eletrônicos

Com essas alterações, o IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência. As alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 (1º de abril de 2026, no caso da Companhia) e não temos impacto da emenda, pois não há operações desta natureza.

6.2.2 ICPC 09 (R3) – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação da equivalência patrimonial.

A Resolução CVM nº 212/2024 realizou algumas correções de redação e referência no ICPC 09 com o objetivo de alinhar a redação da referida norma com a do CPC 18 (R3), a fim de ajustá-lo atualizações posteriores à sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. Avaliamos a norma e não temos impactos da resolução.

6.2.3 Reforma tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a reforma tributária sobre o consumo no Brasil.

O novo modelo está baseado em um sistema de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto por: (i) a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, que substituirá o PIS e a COFINS; e (ii) o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, que substituirá o ICMS e o ISS. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Em janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta parcialmente a referida reforma. Os efeitos da reforma tributária ainda dependem da regulamentação de aspectos pendentes por meio de leis complementares adicionais, bem como da definição das alíquotas aplicáveis.

Posteriormente, em janeiro de 2026, foi publicada a Lei Complementar nº 227/2026, que dispõe, principalmente, sobre a criação e o funcionamento do Comitê Gestor do IBS. Esse comitê, composto por representantes dos Estados e dos Municípios, será responsável por coordenar a arrecadação, fiscalização, cobrança, distribuição das receitas e a uniformização da legislação do IBS. A referida lei também estabelece o processo administrativo tributário aplicável a esse imposto. Consequentemente, não há qualquer efeito de reforma tributária nas Demonstrações Financeiras de 31 de março de 2026.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2026	2025
Banco - conta movimento	59	2.402
Aplicações financeiras	4.349	849
Total	4.408	3.251

As aplicações financeiras são representadas por títulos de renda fixa, em CDB, remunerados a 96,5% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), possuindo liquidez diária e possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda no rendimento. Em 31 de março de 2025, a rentabilidade correspondia a 100% da variação do CDI.

➤ Política contábil

Caixa e equivalente de caixa estão representados por numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa.

8 Tributos, IRPJ e CSLL a recuperar

(a) tributos

	2026	2025
ICMS	5.730	5.730
IPI	2.594	2.594
COFINS	301	301
Provisão para perdas - ICMS/IPI	(7.825)	(7.825)
Total tributos a recuperar	800	800
Não circulante	800	800

(b) IRPJ e CSLL a recuperar

	2026	2025
Imposto de renda	3.160	3.115
Contribuição social	332	351
Provisão para perdas - IRPJ	(1.959)	(1.959)
Total imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.533	1.507
Circulante	143	217
Não circulante	1.390	1.290

A Companhia realiza anualmente a avaliação dos impostos a recuperar e constitui provisão para perdas conforme expectativa de recuperabilidade. Em 31 de março de 2026 e 2025 a Companhia entende que a provisão constituída é suficiente.

➤ Política contábil

Os tributos a recuperar são reconhecidos com base nas legislações vigentes, permitindo sua compensação com débitos tributários. Esses tributos são continuamente revisados para garantir sua realização no prazo estimado e em alinhamento com as normas contábeis aplicáveis.

9 Outros créditos

Descrição	2026	2025
Contas a receber por cessão de créditos (i)	4.186	5.121
Recebíveis com partes relacionadas (ii)	19.799	40.100
Reembolso de despesa com partes relacionadas (iii)	-	3.734
Seguros diversos (iv)	5.925	8.036
Outros créditos	323	330
Total do ativo circulante	30.233	57.321

- (i) Referem-se à cessão de direitos creditórios que a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, parte relacionada, detinha junto a seus cooperados, em contrapartida à integralização de capital na Companhia realizada em 2012, com a finalidade de viabilizar o cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do programa instituído pela Lei nº 11.941/09. Esses valores a receber estão garantidos por notas promissórias e cartas de fiança bancária, sendo o saldo composto pelo valor principal atualizado pela taxa Selic.
- (ii) Referem-se a valores a receber decorrentes de despesas com processos judiciais incorridas pela Companhia nos últimos anos, as quais foram repassadas à sua controladora direta e são passíveis de reembolso, conforme descrito na nota explicativa 15 (iii).
- (iii) Referem-se a gastos e despesas incorridos ao longo do exercício aos quais possuem acordo contratual para reembolso para sua Controladora Cooperativa.
- (iv) Referem-se às apólices de seguro contratadas com a finalidade de serem apresentadas como garantia em processos judiciais, enquanto a Companhia discute a exigibilidade de débitos tributários, sem a necessidade de vinculação de outros ativos. Os respectivos prêmios são apropriados mensalmente ao resultado da Companhia, conforme a vigência dos contratos. A redução entre os períodos refere-se, substancialmente, a liquidação de processos judiciais e à consequente redução dos seguros relacionados.

➤ Política contábil

Valores a receber por cessão de direitos de créditos que a Controladora Cooperativa detém com seus cooperados para cobrança de reembolso de despesas.

10 Investimentos

	2026	2025
Avaliados pelo método de equivalência patrimonial:		
Imocop Empreendimentos e Participações S.A	25.348	26.573
Avaliados pelo valor justo:	25.348	26.573
Outros investimentos	3	3
Total investimentos	25.351	26.576

Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial:

A Companhia registrou um ganho de R\$ 2.833 no exercício de 31 de março de 2026 (ganho de R\$ 1.551 em 31 de março de 2025) de equivalência patrimonial de sua coligada.

O quadro abaixo apresenta um sumário das demonstrações financeiras em sua coligada:

	2026	2025
Ativos		
Circulante	51.341	17.320
Não Circulante	34.262	71.159
Total de Ativos	85.603	88.479
Passivos		
Circulante	2.557	1.423
Não Circulante	152	153
Total de Passivos	2.709	1.576
Patrimônio Líquido	82.894	86.903
Receitas	10.854	6.427
Outras Receitas e Despesas	(1.587)	(1.353)
Lucro do exercício	9.267	5.074
% Participação Coligada	30,5787%	30,5787%
Equivalência Patrimonial	2.833	1.551

➤ Política contábil

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante de outra entidade.

11 Tributos a recolher

Descrição	2026	2025
ICMS	15	15
Outros	8	9
Total dos tributos a recolher	23	24
Circulante	23	24

➤ Política contábil

Os impostos a recolher são reconhecidos como passivos no momento da ocorrência do fato gerador, sendo mensurados com base na melhor estimativa do valor devido conforme a legislação tributária vigente.

12 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias e trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Provisões tributárias	Provisões trabalhistas	Total contingente
2025	201.800	2.786	204.586
Adições	35.988	331	36.319
Atualização monetária	6.151	97	6.248
(-) Reversão por ganho de causa	-	(6)	(6)
(-) Reversão por conversão em renda, pagamento	(2.147)	-	(2.147)
2026	241.792	3.208	245.000

	Depósitos tributários	Depósitos trabalhistas	Total de depósitos
2025	11.237	2.654	13.891
(-) Reversão por ganho de causa	-	(6)	(6)
(-) Reversão por conversão em renda, pagamento	(2.147)	-	(2.147)
2026	9.090	2.648	11.738

Contingências líquidas dos depósitos judiciais

2025	190.563	131	190.695
2026	232.702	560	233.262

Arrepar Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2026

	Provisões tributárias	Provisões trabalhistas	Total contingente
2024	201.308	2.828	204.135
(+) Atualização monetária	4.893	51	4.945
(-) Reversão por ganho de causa	-	(6)	(6)
(-) Reversão por conversão em renda, pagamento	(4.401)	(87)	(4.488)
2025	201.800	2.786	204.586

	Depósitos tributários	Depósitos trabalhistas	Total de depósitos
Depósitos judiciais			
2024	11.504	2.650	14.154
(-) Reversão por ganho de causa	(267)	(6)	(273)
2025	11.237	2.654	13.891

Contingências líquidas dos depósitos judiciais

2024	189.804	178	189.981
2025	190.563	132	190.695

Os processos tributários, autos de infração e ações judiciais trabalhistas referem-se às contingências que estão sendo discutidas na esfera judicial e os valores estão provisionados de acordo com a opinião dos advogados contratados pela Companhia.

Os principais processos tributários provisionados são: IPI Sub Júdice Açúcar Granulado/Amorfo R\$ 120.967; IRPJ (Compensação com PIS Decreto 2445 e LC 07/70) R\$ 25.195; PIS (Compensação com PIS Decreto 2445 e LC 07/70) R\$ 17.996; COFINS Compensação com PIS Decreto 2445 e LC 07/70 R\$ 57.784 e CSLL (Compensação com PIS Decreto 2445 e LC 07/70) R\$ 13.194.

Abaixo o quadro dos processos com o prognóstico de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis não requerem sua contabilização:

	2026	2025
Trabalhistas	173	581
Tributários	581.643	551.555
Ambiental/Cível	-	22
Total	581.816	552.158

➤ **Políticas**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

13 Instrumentos financeiros

13.1 Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

A classificação dos ativos e passivos financeiros depende do modelo de negócios adotado pela companhia para sua gestão e das características dos fluxos de caixa contratuais, sendo determinado no momento do reconhecimento inicial, conforme o CPC 48.

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Hierarquia / Ativos e Passivos	Hierarquia	Valor contábil		Valor justo	
		2026	2025	2026	2025
Banco - conta movimento (nota 7)		59	2.402	59	2.402
Aplicações financeiras (nota 7)		4.349	849	4.349	849
Outros créditos (nota 9)		30.233	57.321	30.233	57.321
Dividendos a receber (nota 14)		709	380	709	380
Operações de mútuo (nota 14)		206.880	292.695	206.880	292.695
Subtotal ativos custo amortizado		242.230	353.647	242.230	353.647
Investimentos (nota 10)	Nível 2	3	3	3	3
Operações de mútuo (nota 14)		-	26.394	-	26.394
Outras contas a pagar		629	512	629	512
Subtotal passivos custo amortizado		629	26.906	629	26.906

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

13.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados para mitigá-los.

Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: todos os riscos classificados como “prioritários” são identificados, analisados e monitorados; limites de uso de capital são aprovados pela Diretoria; e todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

13.2.1 Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco do crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

	2026	2025
Exposição máxima ao risco de crédito		
Banco - conta movimento (nota 7)	59	2.402
Aplicações financeiras (nota 7)	4.349	849
Outros créditos (nota 9)	29.939	57.321
Total	34.347	60.572

➤ Política contábil

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros quando se torna parte das disposições contratuais. Os ativos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, conforme o modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa. Os passivos financeiros são, em geral, mensurados ao custo amortizado.

Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), aos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou a VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir:

- Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender a ambas as condições a seguir:

- Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no VJR do investimento em VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento de um ativo financeiro

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Desreconhecimento de um passivo financeiro

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

13.2.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

13.2.3 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais para mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando, assim, a eficácia de custos e evitando procedimentos de controle que não são eficazes.

14 Partes relacionadas

	Nota	2026	2025
Ativo circulante			
Outros Créditos (a)			
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo	9	19.799	43.834
(a) Reembolso de despesas extemporâneas			

(a) **Outros créditos** – Referem-se a reembolso de despesas e recebíveis.

	2026	2025
Dividendos a receber		
Imocop Empreendimentos e Participações S.A.	709	380

Ativo não circulante

	2026	2025
Operações de mútuo com partes relacionadas (b)		
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo	206.880	292.695

Passivo não circulante

	2026	2025
Operações de mútuo com partes relacionadas (b)		
Imocop Empreendimentos e Participações S.A.	-	26.394

(b) **Valores ativos e passivos** – As operações de mútuo são classificadas como ativos e passivos financeiros demonstrados ao custo amortizado. Em 2026 foi liquidado o mútuo com a companhia Imocop. O saldo do mútuo a receber junto à Cooperativa, teve seu vencimento aditivado para 1º de abril de 2029 (anteriormente vencimento em 31 de março de 2025). O valor nominal dos

créditos a receber correspondem a R\$ 292.695, sobre o qual foi constituído ajuste a valor presente de R\$ (85.815), em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis, perfazendo um saldo líquido registrado de R\$ 206.880. Por se tratar de transação entre partes relacionadas, o efeito do ajuste a valor presente (AVP) foi registrado no patrimônio líquido, conforme mencionado na nota explicativa nº 15. As receitas e despesas financeiras decorrentes da atualização subsequente do AVP são reconhecidas no resultado ao longo do prazo da operação. Reflexo do AVP na empresa investida (3.350).

A parte controladora final da Companhia é a Cooperativa. As transações com partes relacionadas abrangem principalmente operações de mútuo entre empresas do grupo, realizadas em condições acordadas entre as partes.

➤ **Política contábil**

As operações entre as controladas, incluindo saldos, ganhos e perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis das controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Controladora.

15 Patrimônio líquido

(i) Capital social

O capital social está representado por 334.281.641 em 31 de março de 2026 e 2025 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	Representatividade
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo	334.281.640	99,9999%
Outros	1	0,0001%
	334.281.641	100,0000%

(ii) Reserva legal

Reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(iii) Transação com acionista

Referem-se a despesas com processos judiciais incorridos pela Companhia nos últimos anos aos quais serão reembolsadas pela sua Controladora, Cooperativa. O referido reembolso, foi tratado como transação de capital e registrado diretamente no patrimônio líquido. O saldo registrado em 31 de março de 2026 referem-se ao ajuste a valor presente do contrato de mútuo firmado entre a Companhia e sua controladora e que será apropriado conforme prazo de pagamento.

(iv) Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

16 Despesas administrativas

	2026	2025
Despesas com pessoal	(195)	(202)
Seguro	(140)	(1.329)
Serviços contratados de pessoas jurídicas	(70)	(25)
Outras despesas administrativas	(3)	(26)
Total	(408)	(1.582)

➤ Política contábil

As despesas administrativas compreendem os gastos necessários à gestão, administração e suporte das atividades operacionais da empresa. Tais despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, no período em que ocorrem.

17 Outras despesas

	2026	2025
Despesa com outros impostos	(25)	(383)
Despesas bancárias	(13)	(26)
Provisão para Processos Tributários (i)	(34.166)	(13)
Reversão de provisão passiva	(2.147)	(11.303)
Total	(36.351)	(11.725)

(i) Provisão com processo tributário da tese do IPI Açúcar

➤ Política contábil

Outras receitas e despesas compreendem itens não recorrentes ou não relacionados à atividade operacional principal, incluindo provisões e reversões judiciais e tributárias, resultados na alienação de ativos e participações, receitas e despesas de aluguéis e serviços, prêmios por antecipação de embarque, corretagens, tarifas e demais itens diversos. São reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

18 Resultado Financeiro líquido

Receitas financeiras	2026	2025
Juros sobre cessão de crédito	-	345
Rendimentos com aplicações financeiras	467	127
Atualização monetária de processos	19	-
Outras receitas financeiras	33	418
Total das receitas financeiras	519	890

Despesas financeiras	2026	2025
Comissões e despesas bancárias	(92)	(96)
Juros sobre impostos parcelados	-	(2.947)
Juros sobre contingências tributárias	(6.249)	(1.667)
Total das despesas financeiras	(6.341)	(4.710)
Resultado financeiro líquido	(5.822)	(3.820)

➤ Política contábil

O resultado financeiro líquido é composto pelas receitas financeiras deduzidas das despesas financeiras reconhecidas pelo regime da competência em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Tomás Caetano Manzano
Diretor Presidente

Julio Alvarez Boada
Diretor

Lara Nascimento Bacellar
Diretora

Thiago Fontoura Struminski
Diretor

Fernando Henrique Casale
CRC 1SP284642/O-0
Contador responsável